



## SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS LANÇAM **CAMPANHA SALARIAL DE 2018**

PÁGINAS 4 E 5

**TAMBÉM  
NESTA  
EDIÇÃO:**

### INTERVENÇÃO

Nota da Diretoria do ANDES-SN sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro  
PÁGINA 2

### DEMISSÕES

Em dois meses, "acordos" demitem quase 7 mil trabalhadores  
PÁGINA 3

### OPINIÃO

"O retorno às senzalas da exclusão", na coluna de Rodrigo Santos de Oliveira  
PÁGINA 6

# NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN SOBRE A INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO DE JANEIRO

A diretoria do ANDES-SN condena veementemente, e conclama a todo(a)s a lutar contra a intervenção militar decretada pelo ilegítimo governo Temer no estado do Rio de Janeiro, a partir de negociações com o governador Pezão. Com mais essa medida autoritária, que se junta a outras tantas já realizadas, o governo federal transita por um caminho perigoso que aponta na direção da criminalização e da militarização da sociedade, dos movimentos sociais populares e da população pobre e negra.

O estado do Rio de Janeiro se confirma como um laboratório avançado das políticas neoliberais de corte dos investimentos sociais, atingindo particularmente os serviços sociais e especialmente a educação e a saúde. Isto se materializa nos altos índices de desemprego e miséria causada pela falta de investimentos, pela privatização de empresas e serviços públicos, pela paralisação dos serviços básicos para a população que mais precisa, e pela vergonhosa situação de atraso dos salários do(a)s servidore(a)s público(a)s.

Com a militarização federal, os governos e as elites insistem num caminho já trilhado e fracassado de enfrentamento da questão social por meio da re-

pressão. A violência social que enfrenta cotidianamente a população do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, com destaque para a já instaurada militarização das favelas cariocas, produto do histórico descaso dos governos e dos grupos econômicos dominantes com as camadas pobres da população e a equivocada política de "combate às drogas", tem-se agravado pela severa crise econômica, social e moral que a sociedade brasileira enfrenta com o fracasso das políticas neoliberais e dos governos de conciliação de classe.

Em particular no estado do Rio de Janeiro, esta situação fica muito visível pela sua projeção nacional e internacional, e expressa o fiasco das obras de maquiagem realizadas por ocasião da Copa das Confederações (2013), da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), que tiveram forte resistência da população, expressa, particularmente, nos grandes protestos de junho de 2013. Obras superfaturadas que não trouxeram quase nenhum benefício para o(a)s habitantes do estado do Rio de Janeiro, mas que engrossaram as fortunas de integrantes dos governos e das grandes empreiteiras envolvidas em escandalosos casos de corrupção, como evidenciado no caso do anterior

governador, secretários estaduais e da atual cúpula da Alerj.

Fracasso também da política de segurança pública das UPP, apresentadas como uma solução inovadora de controle do território por parte do estado, amplamente publicizada e comemorada pela grande mídia, porém, condenada pelos movimentos sociais que lutam pela reforma urbana popular, como defende o ANDES-SN. Esse projeto, que não resistiu à prova da história, desmoronou, impulsionando o estado a novas investidas militarizadas. As UPP deixaram uma profunda marca de violência policial nas comunidades onde foram instaladas e de criminalização da vida cotidiana e da cultura do(a)s trabalhadore(a)s que nelas moram. Ficou demonstrado mais uma vez, que são as políticas de investimento, emprego, renda, moradia popular, serviços públicos de qualidade, entre outras, as que podem amenizar a situação de miséria e violência, na contramão das políticas praticadas nestas últimas décadas.

Nem o governo federal, nem os estaduais, nem as câmaras legislativas e nem as cortes judiciais, comprometidos com essa quadrilha que ocupa a máquina estatal, vão enganar o povo com tais medidas, feitas de olho no calendário eleitoral, desvian-

do a atenção dos graves e profundos problemas que afetam o(a)s trabalhadore(a)s. Em particular, a pauta da contrarreforma da previdência que paira como mais uma ameaça para a vida e sobrevivência da população mais pobre.

Continuaremos a lutar pela revogação da EC 95, que estabelece o teto para os investimentos sociais, contra as terceirizações e pejetização do emprego, a contrarreforma trabalhista, e pelo enfrentamento, neste e no governo que vier, da contrarreforma previdenciária. Construiremos um grau ainda superior de unidade entre o(a)s trabalhadore(a)s, na luta contra a criminalização e militarização das políticas de enfrentamento da questão social, e para avançar na reorganização das lutas da classe trabalhadora, com mobilizações, paralisações, ocupações e greves, na construção de um projeto de nação e sociedade inclusivo, democrático e classista.

**Fora Temer! Fora Pezão!  
Nenhum direito a menos!**

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.

Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional

Fonte: ANDES-SN.



## Os interesses da categoria estão sempre em pauta

**NOVOS DIAS E HORÁRIOS:**

INÉDITOS - SABADOS ÀS 11H  
REPRISES - SEGUNDAS ÀS 20H



FURG FM 106.7

EXPEDIENTE

DIRETORIA BIÊNIO 2016/2018  
PRESIDENTE: Rodnei Valentin Pereira Novo  
VICE-PRESIDENTE: Elmo Swoboda  
1ª SECRETÁRIA: Marlene Teda Pelzer  
2ª SECRETÁRIA: Maria Mirta Calhava de Oliveira  
1º TESOUREIRO: Humberto Calloni  
2º TESOUREIRO: Carla Teresinha do Amaral Rodrigues  
1º SUPLENTE: Antônio Libório Philomena  
2º SUPLENTE: Milton Luiz Paiva de Lima  
3º SUPLENTE: Cassius Rocha de Oliveira  
4º SUPLENTE: Adriana Ladeira Pereira

ASSESSORIA DE IMPRENSA  
Jornalista: Diego Balinhas – MTB/RS 15.569  
(imprensaaprofurg@gmail.com)

REVISÃO DE TEXTO: Eliza Braga

REDAÇÃO: Av. Itália s/nº, sede da APROFURG  
Campus Carreiros FURG  
Contato: (53) 3230 1939

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO: Editora Casalecras – contato@casalecras.com.br

TIRAGEM: 1500 exemplares

Impresso em papel imune conforme inciso VI  
Arreios assinados são de responsabilidade dos autores  
Distribuição gratuita

# EM MEIO À CRISE, BANCOS BRASILEIROS ANUNCIAM LUCROS BILIONÁRIOS

Os grandes bancos brasileiros estão lucrando como nunca em meio à crise econômica pela qual o país passa. Dados divulgados, no início do mês de fevereiro, pelas próprias instituições financeiras demonstram lucros bilionários no quarto trimestre de 2017: R\$ 19 bilhões para o Bradesco, R\$ 9,9 bilhões para o Santander e R\$ 6,2 bilhões para o Itaú.

O Itaú lucrou, em todo o ano de 2017, R\$ 24,8 bilhões, um crescimento de 12% em relação a 2016. Em relação ao último trimestre

do ano, 2017 marcou um crescimento da lucratividade de 7,95% em relação a 2016. O Santander divulgou que teve 35,6% de lucro gerencial em 2017, e o Bradesco lucros líquidos de 11,1%. Junto com Banco do Brasil, os três bancos privados citados concentram 80% do mercado brasileiro.

O aumento da lucratividade dos bancos pode ser explicado pela alta na diferença entre quanto se cobra para obter dinheiro e quanto se cobra dos clientes (spread). Enquanto a taxa Selic caiu (7% ao ano), os bancos seguiram cobran-

do o mesmo de quem faz empréstimos, como no caso do rotativo do cartão de crédito (350% ao ano).

Em sua página na rede social Facebook, a Auditoria Cidadã da Dívida questiona: "Santander teve alta de 38% nos lucros, Bradesco 10,9% e agora Itaú com 20%. O que está acontecendo com nos-

sa economia, num ano marcado pelo desemprego, queda no PIB, arrocho salarial, mas com o lucro dos bancos subindo indecentemente?"

Com informações de EBC, Jornal do Comércio, Info Money e Folha de S. Paulo. Ilustração de Bier.

Fonte: ANDES-SN.



# EM DOIS MESES, "ACORDOS" DEMITEM QUASE 7 MIL TRABALHADORES

*Nova modalidade de demissão pode esconder coação*

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho no último dia 26 de janeiro, trazem a informação de que, no ano passado, foram registradas 6.696 demissões na modalidade criada pela Reforma Trabalhista, chamada "demissão por acordo".

O resultado foi alcançado em apenas dois meses (novembro e dezembro), a partir da entrada em vigor da reforma. Também chamada "demissão consensual", essa nova modalidade permite que se faça a dispensa do trabalhador por "comum acordo" entre patrão e empregado. Contudo, nesse modelo o trabalhador abre mão de parte de suas verbas rescisórias.

Nas demissões por acordo realizadas em 2017, segundo o Caged, as dispensas ocorreram com trabalhadores em ocupações de menor remuneração, como auxiliares de escritório e assistentes administrativos. Também atingiu alimentadores de linha de produção, motoristas de ônibus e de caminhão, operadores de caixa e faxineiros, entre outras. Na maioria, homens (58,6%), com idade entre 30 a 49 anos (50,1%) e com até segundo grau completo (58,2%).

## RESCISÃO COM MENOS DIREITOS

Até a aprovação da reforma, existiam na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) três formas de demissão, com diferentes formas de pagamento das verbas rescisórias.

Na "demissão sem justa causa", quando a empresa decide pela dis-

pena, o trabalhador recebe o saldo de salário, o 13º proporcional, férias e aviso prévio. Tem direito também a sacar o FGTS total, mais 40% de multa sobre o saldo do fundo e do seguro-desemprego.

Quando é o funcionário quem pede demissão, o trabalhador não pode sacar o FGTS, não recebe os 40% da multa sobre o saldo e nem tem direito seguro-desemprego. Só recebe o saldo de salário a que tem direito, férias e 13º proporcional.

Já nas "demissões por justa causa", o trabalhador só tem direito ao saldo de salário do mês e eventuais férias vencidas. Todas as demais verbas não são pagas.

Com a nova modalidade, criada após a reforma Trabalhista, um acordo é assinado entre empresa e empregado, e o trabalhador recebe somente metade do aviso prévio, só pode sacar 80% do FGTS e recebe apenas 20% da multa do FGTS e não terá direito ao seguro desemprego.



## AMEAÇA DE COAÇÃO E FRAUDE

Para incluir essa nova forma de demissão na legislação trabalhista, governo e empresariado usaram o falso discurso de que a mudança favoreceria o trabalhador que tem interesse em ser demitido, pois receberia mais direitos. No entanto, muitos trabalhadores que não tinham a intenção de sair do emprego têm sido coagidos por seus empregadores a aceitarem o acordo para demissão.

"O que está acontecendo é que já tem empresas aproveitando essa dispensa por acordo para demitir e pagar menos direitos trabalhistas. Recentemente, recebi um telefonema de uma empresa de contabilidade que queria que o Sindicato enviasse um "modelo" para efetuar uma demissão por acordo. Ao questionar a contadora, ela me esclareceu que a funcionária não pediu ou queria ser dispensada, mas o patrão preferia fazer a demissão por acordo para

não pagar todas as verbas devidas. Um absurdo", conta a advogada trabalhista Priscila Dias, que trabalha no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região.

"A Reforma Trabalhista serve apenas às empresas, que agora vão preferir fazer o acordo, ao invés de realizar a dispensa sem justa causa. O trabalhador não deve assinar nenhum documento e deve procurar o seu sindicato. Essa reforma só serve para aumentar a desigualdade entre patrão e empregado. Não é o caminho da modernização e do aumento de emprego, mas sim da desigualdade, exploração e do desemprego", afirmou a advogada.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) se posicionou contra a Reforma Trabalhista desde o início e alertou para pontos inconstitucionais e prejudiciais desta nova lei aos trabalhadores, inclusive essa dispensa acordada.

"Na prática, o que vai acontecer é que não teremos mais dispensa sem justa causa. Quando o empregador não quiser mais o trabalhador, vai colocar um papel para ele assinar e fica sendo como de comum acordo", alertou a juíza Noêmia Porto, vice-presidente da Anamatra, ainda antes da aprovação da Reforma Trabalhista. "É uma das consequências mais nefastas que estamos vendo. O empregador e o empregado não estão em condição de igualdade para negociar", disse.

\*Com edição do ANDES-SN

# SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS LANÇAM CAMPANHA SALARIAL DE 2018

*Dia foi marcado por mobilização e protocolo de pauta*



O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) realizaram uma manifestação em Brasília (DF), na tarde do dia 19 de fevereiro, em frente ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (Mpog), para lançar sua Campanha Salarial de 2018 e protocolar a pauta de reivindicações. A atividade fez parte do Dia Nacional de Greves, Paralisações e Mobilizações contra a Reforma da Previdência.

Os servidores federais se reuniram em frente ao Mpog para iniciar a mobilização. De um carro de som, representantes das entidades

apresentaram suas posições críticas à Reforma da Previdência, à Emenda Constitucional (EC) 95 do Teto de Gastos, à Lei das Terceirizações, à Reforma Trabalhista e à intervenção militar federal no Rio de Janeiro. Jacob Paiva, 1º secretário do ANDES-SN e um dos coordenadores do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do Sindicato Nacional, fez uso da palavra para defender os serviços públicos e ressaltar a importância da valorização da educação pública.

Em seguida, as entidades assinaram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial de 2018, que atualiza pontos de 2017 e traz a novidade de unificar a pauta do Fonasefe com a dos servidores fede-

rais de carreiras típicas do Estado. A pauta foi definida em reunião conjunta de Fonasefe e Fonacate, realizada na capital federal no início de fevereiro. O documento foi protocolado no Mpog, e as entidades esperam uma resposta do ministério para que uma reunião de negociação possa ser marcada.

Jacob Paiva, um dos coordenadores do Setor das Ifes do ANDES-SN, avaliou que o Dia Nacional de Greves, Paralisações e Mobilizações teve manifestações expressivas pelo país, e que a ação dos servidores públicos federais em Brasília se insere nesse contexto de manutenção da mobilização contra a retirada de direitos e os ataques aos serviços públicos. “Não

podemos dar trégua ao governo nesse momento e todas as mobilizações são importantes. Estamos esperando a resposta do governo para que tenhamos uma audiência no Mpog, e agora temos que manter o processo de mobilização para impedir qualquer retirada de direitos”, afirmou o docente, ressaltando que o Setor das Ifes também irá se reunir para preparar sua pauta de reivindicações própria, conforme os itens aprovados no 37º Congresso do Sindicato Nacional, em janeiro.

(Segue na próxima página)



## PAUTA CAMPANHA SALARIAL 2018

### EIXOS CENTRAIS:

- 1- Correção salarial com aplicação do índice de 25,65% (DIEESE);
- 2 - Extensão dos índices da Lei 13.464/2017 para todos os servidores públicos federais;
- 3 - Cumprimento de todos os acordos assinados em 2015;
- 4 - Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da União para a manutenção dos planos de saúde dos servidores.

### NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

- 1 - Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- 2 - Pela retirada da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/16) e revogação da Reforma Trabalhista;
- 3 - Pela retirada da MP 805/18 (que aumenta alíquota previdenciária e posterga reajustes concedidos em leis);
- 4 - Data-base no dia primeiro de maio;
- 5 - Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção nº 151 da OIT;
- 6 - Pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e da Lei 156/2016;
- 7 - Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;

- 8 - Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
- 9 - Isonomia salarial entre os poderes;
- 10 - Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

### PREVIDÊNCIA

- 1 - Anulação da reforça da previdência de 2003 e contra a PEC 287/16;
- 2 - Revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
- 3 - Fim da adesão automática ao FUNPRESP;
- 4 - Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
- 5 - Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;
- 6 - Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;
- 7 - Contagem, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a periculosidade e a insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

### CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

- 1 - Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira

- ra e demais direitos trabalhistas. Pela revogação do Ofício MPOG 605/16-MP e garantia da manutenção do servidor da folha de pagamento;
- 2 - Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos d interesse dos SPF;
  - 3 - Fim da terceirização e de toda a forma de precarização. Revogação da Lei nº 13.429/17 (terceirizações);
  - 4 - Fim da privatização no serviço público;
  - 5 - Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
  - 6 - Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil e de Interesse Público (OSICIP) e Organizações Sociais (OS);
  - 7 - Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
  - 8 - Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;
  - 9 - Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;

- 10 - Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;
- 11 - Pelo cumprimento dos Termos de acordo nº 01,03,04,07,09,12,13,14,15,16,17,21,22,23/2015 e 10/16(CONDSEF E ASMETROSN), nº 02/15 (CNTSS E FENASPS), nº 05/15 (FASUBRA), nº 20/15 (ASFOCSN), nº 28/15 (ASSIBGE), nº 25/15 (UNACON-Sindical), nº 29/15 (SINPECPF), nº 31/15 (SINAL E SINTBACEN), nº 02/16 (SINDFISCO-Nacional), nº 03/16 (SINDRECEITA), nº 04/16 (SINAIT), nº 05/16 (FENAPRF), nº 06/16 (ANFFA-Sindical e Lei 13.464/17 assinados com o Governo Federal);
- 12 - Garantia plena da licença capacitação do servidor público.

### EIXOS GERAIS: DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM FOCO NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

- 1 - CONTRA O DESMONTE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS
- 2 - PELA REVOGAÇÃO DA EC 95
- 3 - PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA

## ENTIDADES APONTAM DATA E PROGRAMAÇÃO PARA O III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Representantes de diversas entidades sindicais nacionais e movimentos estudantis que compõem a Coordenação Nacional de Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep) se reuniram no dia 05 de fevereiro, na sede do ANDES-SN em Brasília (DF), para dar continuidade à organização do III Encontro Nacional de Educação, previsto para ocorrer no início do segundo semestre de 2018.

Com base na experiência das edições anteriores e na necessidade de aglutinar um maior número de pessoas, os participantes apontaram o local e a data para realização do III ENE e ainda definiram uma proposta de programação que será discutida nas entidades e fechada na próxima reunião. Foi indicado que a terceira edição do ENE tenha como tema "Por um projeto classista e democrático de educação" e seja realizada ou na Universidade Federal Fluminense (UFF) ou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre os dias 27 e 29 de julho. Os encontros regionais devem ocorrer entre os meses de maio e junho.

Na proposta de programação estão previstos um ato público, debates sobre Capitalismo e



Educação, a Luta pela educação pública no Brasil, as lutas e experiências de Educação Popular no Brasil, grupos de trabalho e a plenária final que irá apresentar uma síntese dos debates e os princípios para um projeto classista e democrático de educação.

No dia 26 de fevereiro está prevista uma reunião da Conedep para discutir a divulgação do III ENE, com participação dos profissionais de imprensa das entidades, e no dia 17 de março será realizada uma reunião ampliada para fechar os encaminhamentos quanto ao local e programação, bem como a atualização dos eixos temáticos do ENE.

Jacob Paiva, 1º secretário do ANDES-SN e representante da

entidade na Conedep, conta que as entidades terão até março para discutirem as propostas apresentadas pela coordenação e darem retorno, para que tanto a data quanto local e programação possam ser confirmados no próximo mês. O diretor do Sindicato Nacional relata que a opção de indicar o Rio de Janeiro – seja a cidade de Niterói ou a capital fluminense – se deu após ponderação de diversos fatores como localização geográfica, custos de deslocamento e organização das entidades políticas locais.

“Avaliamos que, por toda a situação das universidades estaduais do Rio, a existência da Frente em Defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas, dos

movimentos sociais e estudantis bastante ativos, seria importante fazer o III ENE no estado do Rio de Janeiro. A depender da possibilidade de infraestrutura pode ser realizado na cidade de Niterói ou do Rio”, comentou, acrescentando que a opção de data – final de julho a início de agosto – se deu por conta do calendário de recesso de atividades nas Universidades, Institutos e Colégios.

Paiva ressalta, ainda, que é fundamental a participação, na próxima reunião ampliada da Conedep, de representações das frentes em defesa da educação pública nos estados e dos membros dos grupos de trabalho, que ficaram responsáveis por fazer a atualização do diagnóstico sobre a situação da educação brasileira, nos diferentes níveis e modalidades.

“Essas informações serão sintetizadas até abril, pela coordenação, em um documento base que servirá de referência para as discussões nos encontros estaduais e regionais – que ocorrerão entre maio e junho -, e também para os debates dos grupos de trabalho no encontro nacional”, concluiu.

Fonte: ANDES-SN



## Rodrigo Santos de Oliveira

Professor dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História ICHI/FURG. Doutor em História. Escreve mensalmente no Pó de Giz.

# O retorno às senzalas da exclusão

Em 2016 tivemos uma série de manifestações por parte das classes abastadas (leia-se classe média, classe média alta e a classe alta) seguindo fielmente um novo “ser” de adoração e culto: o Pato Amarelo da FIESP. Havia entre os “manifestantes” duas agendas específicas: tirar *selfie* com a tropa de choque das PM’s país a fora e o impeachment de Dilma Rousseff.

Muitos intelectuais de esquerda caíram no tentador discurso de enquadrar os seguidores do Pato Amarelo como pessoas alienadas e que eram manipuladas pelos interesses da grande mídia corporativa – vulgarmente chamada de PIG (de Partido da Imprensa Golpista) – e das corruptas elites econômicas e políticas, que viam no impeachment de Dilma a chance de chegar ao poder depois de quatro vitórias consecutivas do Partido dos Trabalhadores.

Essa leitura é equivocada ou no mínimo uma “meia verdade”. As pessoas que foram às ruas tinham agendas políticas sim, mesmo que tenham sido convocadas pela grande mídia ou por movimentos “apartidários” como MBL e Vem Pra Rua. A agenda política das pessoas que foram às ruas tinha uma base comum: o retorno às senzalas da exclusão social dos grupos oprimidos e que tiveram pela primeira vez um pequeno lugar ao sol, com inclusão e participação política, social e econômica.

Sim, apesar de qualquer crítica que possa ser feita aos governos petistas (Dilma e Lula), a razão de sua queda não foram seus erros e sim seus acertos. Entre esses acertos, por sua vez, podemos citar a inclusão de milhões de brasileiros ao mercado de consumo com o “Bolsa Família” e o acesso às universidades, com a grande expansão do Ensino Superior nesses governos.

Entre janeiro de 2003 e agosto de 2016 ocorreu o maior processo de inserção econômica, política, cultural e social de nossa História. Os pobres passaram a ter acesso a bens de consumo, a estudar em universidades públicas e, com isso, lograram pela primeira vez romper a barreira que impedia o acesso ao Ensino Superior. O pobre e favelado

passou a ter poder de compra, a frequentar os bancos das universidades país a fora e, como cartada final, também viajar de avião – até então apenas as classes médias e altas podiam utilizar esse meio de transporte.

Não foi à toa que o golpe teve apoio desses grupos econômicos mais abastados. Eles não estavam simplesmente indo às ruas como ovelhas sendo manipuladas. Esses grupos tinham uma agenda política própria. O que estava em jogo era aquilo o que era considerado sagrado: sua posição enquanto elite. O medo de uma “virada de mesa” dentro do próprio sistema democrático; acesso ao estudo e condições mínimas para romper as barreiras da exclusão.

Nada mais e nada menos que o famoso medo do *haitianismo* – tão presente no Brasil escravocrata e que permanece até os dias de hoje no imaginário da elite com outras roupagens: que as camadas populares pudessem tomar o poder e retirar seus privilégios históricos (hoje defendidos pela falácia da meritocracia). Foi esse *haitianismo* que levou à deposição de João Goulart em 1964 e Dilma em 2016. Exatamente nos momentos em que os grupos menos abastados tiveram maior acesso ao estudo e melhores condições financeiras.

A campanha “contra a corrupção” foi só uma fachada usada para evitar que os grupos excluídos seguissem rompendo as barreiras econômicas, culturais, políticas e sociais que impediam historicamente seu crescimento. O que se seguiu foi exatamente impor uma crise econômica forjada a partir de uma crise política – o *lockdown* que levou ao governo Dilma entrar em colapso. Com o golpe e a crise econômica advinda dele, houve um processo violento de desindustrialização – um dos maiores já registrados desde a Revolução Industrial. Acrescido ainda da inversão da utilização da mão de obra: do pleno emprego (de 4,6% em 2012, antes das “manifestações de 2013”) ao grande cataclisma de 2017 (13,7%). Com isso, decorreu não apenas a perda de emprego – pelo fechamento de fábricas e pela redução das vendas no comércio – como

a precarização dos empregos com a “reforma” (ou deforma) trabalhista aprovada em 2017. Além disso, o congelamento dos gastos públicos em saúde e educação por vinte anos (PEC 241/PEC 55/2016) está atingindo violentamente os grupos excluídos, fato que dificultará acesso à saúde – que será cada vez mais sucateado –, e tais grupos verão, anualmente, suas chances de ter um ensino de qualidade diminuindo.

Foi exatamente isso o que os seguidores do Pato Amarelo queriam: o retorno às senzalas da exclusão. A elite social (classes médias e altas) jamais aceitou o fim da escravidão. Sempre cultivou a mentalidade da Casa Grande onde eram os senhores incontestes que tinham empregados domésticos servindo-os diariamente, recebendo quando muito um salário mínimo. Sendo chamados de “doutores”, “doutoras”, “senhores” e “senhoras”, sempre tendo mão de obra barata e subserviente.

Então os governos do PT vieram e ousaram algo ultrajante: reformaram o capitalismo e inseriram milhões de cidadãos no mercado de consumo, permitindo acesso à saúde e à educação, com possibilidades – mesmo que carregadas de dificuldades – de ascensão econômica aos pobres. Com isso, o fantasma do *haitianismo* recauchutou o antigo anticomunismo da Guerra Fria e os governos reformistas do PT – que desenvolveram o capitalismo nacional como nunca antes havia sido feito na história do país – passaram a ser acusados de “comunistas” por desenvolver o capitalismo tupiniquim inserindo milhões de excluídos no mercado de consumo e colocando o Brasil na posição de 6º maior PIB do mundo (ano de 2009, auge do governo Lula).

Essa é a grande ironia do discurso dos seguidores do Pato Amarelo: o partido que mais desenvolveu o capitalismo nacional passou a ser chamado de comunista. Por outro lado, esses mesmos seguidores do Pato Amarelo, depois da deposição de Dilma e a instauração de uma cleptocracia com Michel Temer, retornaram aos seus lares. O discurso da luta contra a corrupção ficou apenas nisso: um discurso

que se perdeu no tempo, mesmo diante de toda a enxurrada de denúncias amplamente documentadas que apareceram contra os golpistas. Para essas elites, restaram as *selfies* com a tropa de choque para lembrar que venceram a batalha em 2016.

Mas a eleição de 2018 está no horizonte e o pleito é carregado de incertezas. Tanto no campo da esquerda como da direita não existem consensos. Na esquerda temos Lula – quase virtualmente eliminado pela criminoso confirmação da condenação de Sérgio Moro pelo TRF-4 – seguido de Ciro Gomes e outros candidatos menores. Na direita temos Jair Bolsonaro, embalando os sonhos das viúvas da ditadura, agora sendo atacado pela grande mídia para tentar emplacar um candidato tucano (seja Alckmin, Doria ou Luciano Huck) e agora, “correndo por fora”, Rodrigo Maia. Como “centrão” temos mais uma vez a Marina Silva, que de quatro em quatro anos sai de seu “retiro espiritual” para concorrer às eleições. Depois de perder, volta para seu “auto exílio” político.

\* \* \*

Em tempo, lanço o “Desafio do ‘Bolsa Família’ e do ‘Bolsa Juiz’”. É endereçado aos críticos tanto do “Bolsa Família” como do “Bolsa Juiz”.

Para os críticos do Bolsa Família: sobrevivam um mês inteiro com apenas R\$ 92,00. Se conseguirem, terão o direito de criticar violentamente o programa que auxilia famílias com renda entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00.

Para os críticos do Bolsa Juiz: sobrevivam um mês inteiro com “apenas” R\$ 5.262,00 (R\$ 4378,00 de auxílio moradia + R\$ 884,00 de auxílio alimentação), lembrando que neste valor não está incluído o salário-base (aproximadamente R\$ 27.000,00) e que esta importância é recebida de forma integral, sem dedução do Imposto de Renda.

Se conseguirem sobreviver sem problemas com algum desses dois subsídios, podem criticar livremente os respectivos auxílios.

# CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO DO ANDES-SN PAUTA A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES

*Luta contra, LGTfobia, machismo, racismo e capacitismo está estampada no material publicitário*

Sob o tema “Diversas vozes, uma só luta”, a nova campanha de sindicalização do ANDES-SN enfoca a diversidade da categoria docente, que nos últimos anos vem mudando o seu perfil. Lançada no 37º Congresso da entidade, que ocorreu de 22 a 27 de janeiro de 2018 em Salvador (BA), a campanha teve como base uma pesquisa realizada em diversas instituições federais, estaduais e municipais do país, no final de 2016 e durante 2017, que divulgou esse novo perfil dos docentes das instituições de ensino superior (IES).

“Nos últimos 10 anos, a nossa categoria mudou, temos o aumento do ingresso de professores negros e negras, indígenas, com de-

ficiência, LGBTs nos quadros das instituições. Precisamos mostrar como o perfil dos docentes mudou e debater como essa mudança impacta em questões sobre a carreira, condições de trabalho e permanência desses docentes”, disse Caroline Lima, 1º vice-presidente da Regional Nordeste III do ANDES-SN e uma das coordenadoras da campanha.

### CAPACITISMO

Atendendo às reivindicações da base, durante o 62º Conad realizado em julho de 2017, o Sindicato Nacional deliberou um posicionamento mais efetivo no que diz respeito à luta pelos direitos das pessoas com deficiência e contra

o capacitismo, que é a discriminação e o preconceito social contra pessoas com deficiência. Assim como racismo, o machismo e a LGTfobia e tantas outras formas de preconceito, a luta contra o capacitismo também foi pautada no 37º Congresso do Sindicato Nacional, em Salvador (BA), e o debate sobre o tema será aprofundado também pelo Grupo de Trabalho em Políticas Educacionais (GTPE) do ANDES-SN.

A contribuição dos delegados pode ser visualizada no material publicitário da campanha de sindicalização. “Merecemos respeito! Junte-se ao ANDES contra o capacitismo!” é uma das peças da campanha, que ainda conta com “Di-

zemos não ao racismo, machismo e à LGTfobia! Venha para o ANDES!”.

“Temos professores e professoras com deficiência nas instituições de ensino superior [IES], nos institutos e Cefets, e não são garantidas as condições de trabalho e permanência a eles. Diante disso, e do que a base tem trazido nos últimos congressos e Conads, pensamos em uma campanha de sindicalização que dialogasse com os docentes que sofrem esse tipo de preconceito cotidianamente, que está carregado de opressão e de falta de políticas públicas nas IES”, explicou Caroline.

Fonte: ANDES-SN

COM O ANDES, NUNCA ESTAMOS SOZINHOS!

**DIVERSAS VOZES. UMA SÓ LUTA!**

**A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!**  
NAS UNIVERSIDADES, IF E CEFET!

FORTALEÇA O NOSSO SINDICATO. SINDICALIZE-SE!

**ANDES**

andessn andes.org.br

PROCURE SUA SEÇÃO SINDICAL E LUTE CONOSCO! O ANDES SE FAZ PELA BASE.

**DIVERSAS VOZES. UMA SÓ LUTA!**

**A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!**  
NAS UNIVERSIDADES, IF E CEFET!

FORTALEÇA O NOSSO SINDICATO. SINDICALIZE-SE!

**ANDES**

andessn andes.org.br

O ANDES É PARA TODOS. HORISTA OU COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

**DIVERSAS VOZES. UMA SÓ LUTA!**

**A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!**  
NAS UNIVERSIDADES, IF E CEFET!

FORTALEÇA O NOSSO SINDICATO. SINDICALIZE-SE!

**ANDES**

andessn andes.org.br

MERECEMOS RESPEITO! JUNTE-SE AO ANDES CONTRA O CAPACITISMO!

**DIVERSAS VOZES. UMA SÓ LUTA!**

**A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!**  
NAS UNIVERSIDADES, IF E CEFET!

FORTALEÇA O NOSSO SINDICATO. SINDICALIZE-SE!

**ANDES**

andessn andes.org.br

# meditação É CIÊNCIA!

Profa. Dra. Enfa. **Marlene Teda Pelzer**  
Escola de Enfermagem

Pesquisa efetuada pelo *hospital geral de Massachusetts* e da *Escola de Medicina de Harvard* mostrou que meditar por muito tempo aumenta a massa cinzenta do cérebro. Isso significa que a meditação ajuda a ampliar os sentidos, melhorar a memória e a tomada de decisões das pessoas adeptas à essa atividade.

Em 1967 o professor de *Harvard* Hebert Benson descobriu que pessoas em estado meditativo, usavam cerca de 17% menos oxigênio. Além disso, apresentavam menor pressão sanguínea e aumento na produção de ondas cerebrais essenciais para ajudar a melhorar a qualidade do sono.

Na *Unifesp* foi realizado estudo em parceria com o *Hospital São Matheus* com 140 idosos praticando meditação por dois meses, duas vezes por semana. Metade dos participantes que seguiu à risca a prática da meditação relataram resultados bastante significativos: 71,19% apresentaram melhorias na postura; 64,41% afirmaram estar respirando melhor; 62,71% conseguiram aumentar a disposi-

ção; 57,63% tiveram melhorias em doenças crônicas (junto com o tratamento convencional) e 37,29% relataram mudanças no hábito intestinal.

Segundo um estudo da universidade de *Harvard*, 19 pessoas que sofriam com crises de enxaqueca constante começaram a meditar por oito semanas. Os resultados foram animadores: a dor foi ficando menos intensa e as crises mais curtas.

Pessoas que meditam todos os dias há mais de dez anos têm uma diminuição na produção de adrenalina e cortisol, hormônios associados a distúrbios como ansiedade, déficit de atenção, hiperatividade e estresse. E experimentaram um aumento na produção de endorfinas, ligadas à sensação de felicidade.

A mudança na produção de hormônios foi observada por pesquisadores do *Davis Center for Mind and Brain* da *universidade da Califórnia*. Eles analisaram o nível de adrenalina, cortisol e endorfinas antes e depois de um grupo de voluntários meditar. Comprovaram que, quanto mais profundo o estado de rela-

xamento, menor a produção de hormônios do estresse.

Outro estudo, conduzido pelo *Wake Forest Baptist Medical Center* na Carolina do Norte (EUA), colocou quinze voluntários para aprender a meditar em quatro aulas de vinte minutos cada. A atividade cerebral foi examinada antes e depois das sessões. Em todos os pesquisados, foi observada uma redução na atividade da amígdala, região do cérebro responsável por regular as emoções. Os níveis de ansiedade caíram 39%.

O *Instituto Nacional de Saúde dos EUA* ao analisar 28 enfermeiras do hospital da *universidade do Novo México*, identificou 22 com sintomas de estresse pós-traumático. A metade que realizou duas sessões por semana de alongamento e meditação viu os níveis de cortisol baixar 67%. A outra metade continuou com os mesmos níveis.

Refugiados do Congo que tiveram que deixar suas terras para escapar da guerra meditaram ao longo de um mês e tiveram redução dos sintomas do estresse pós-traumático três vezes maior

do que as pessoas que não meditaram - índices parecidos aos já observados entre veteranos americanos das guerras do Vietnã e do Iraque.

Meditar, segundo a *Brahma Kumaris*, é um momento reservado para a reflexão e o silêncio, fora da agitação e ruído da vida cotidiana. Esta prática nos possibilita o retorno a um ponto central do ser. Em nosso mundo moderno, o ritmo de vida está cada vez mais acelerado e estamos perdendo contato com nossa verdadeira paz e poder interior.

Quando não sentimos mais os pés no chão, podemos nos sentir impulsionados e puxados para diversas direções. É nesse ponto que começamos a experimentar estresse e uma sensação de estarmos sendo levados a uma armadilha. Essa sensação leva, gradualmente, a enfermidades, pois nossa saúde mental, emocional e física perde o equilíbrio. Mergulhar neste universo de profunda transformação individual e coletiva representa um potencial gerador de uma sociedade mais pacífica e harmônica.

## ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O professor que atua em contato contínuo com agentes insalubres (agentes químicos, biológicos, etc...), tem direito ao recebimento em contracheque do adicional de insalubridade, cujo percentual médio é de 10% do seu vencimento básico.

O direito ao adicional de insalubridade está consagrado no art. 68 do Regime Jurídico Único - RJU (Lei 8.112/90):

Art. 68. Os servidores que trabalhem com **habitualidade em**

**locais insalubres** ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

Entretanto, é muito comum que tais pedidos de insalubridade na via administrativa sejam indeferidos pela FURG, ou por vezes, sequer respondidos, sobretudo no caso de novos docentes, recém-ingressos nos quadros da FURG.

Nestas hipóteses, pode o

professor ingressar com ação judicial objetivando a implementação em folha do adicional, e o pagamento das diferenças não pagas desde o seu ingresso ou últimos cinco anos contados da data do ingresso na justiça.

É claro que para o deferimento judicial do pedido, precisará o caso passar por uma perícia judicial em que se ateste a presença dos agentes insalubres, e de uma exposição frequente aos mesmos.

Em todo o caso, tem-se ve-

rificado que o benefício tem sido deferido pela via judicial mesmo em caso de indeferimento administrativo, pois a exigência do preenchimento dos requisitos para o recebimento do adicional na via judicial é menor que a exigência feita pela FURG para a concessão do benefício na via administrativa.

Para maiores informações, a assessoria jurídica da Aprofurg atende na sede do sindicato as terças e quintas pela manhã.